

CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE NA PRÉ-HISTÓRIA. ESTATUTO EPISTEMOLÓGICO DA ARQUEOLOGIA E DA PRÉ-HISTÓRIA

por

Luiz Miguel Oosterbeek*

NOTA INTRODUTÓRIA

A questão da continuidade vs. descontinuidade em Pré-história é uma das possibilidades, das vias, de interrogação da objectividade do conhecimento arqueológico e histórico. O presente texto foi concebido como uma possível lição inaugural da variante de “arqueologia da paisagem” da Licenciatura em Conservação e Restauro (4º ano) do ISP de Tomar, ou seja, para estudantes com conhecimentos elementares de Pré-história, Arqueologia, História e Ciências, no início da sua pré-especialização.

Numa breve abordagem ao tema iremos focar, inicialmente, as variáveis epistemológicas dominantes (espaço, tempo, causalidade) e as “condições de verdade” que se podem estabelecer. Neste sentido, caracteriza-se a Pré-história e a Arqueologia como campos transdisciplinares, situados na encruzilhada das ciências da Humanidade, das ciências da Terra e das ciências da Natureza, num momento do progresso destas em que a ciência se escreve, cada vez mais, com letra minúscula, e em que o Conhecimento se afirma, cada vez mais, como uma abordagem integrada da relação epistémica. Discute-se, analiticamente, os “critérios de verdade” (estratigrafia, cronografia, etc.), e a posição da Pré-história no contexto do Conhecimento.

Num segundo momento discutem-se evidências arqueográficas relacionadas com a mais antiga Neolitização do Alto Ribatejo, enquadrando-as nas problemáticas “trans-regionais” (*Neolítico antigo de cerâmicas impressas, Neolítico antigo cardial, complexos macrolíticos do pós-glaciar*) e discutindo a temática da con-

* Instituto Superior Politécnico, Tomar.

tinuidade/descontinuidade neste contexto. O propósito é o de exemplificar as dimensões da descontinuidade, ou da continuidade, como decorrendo das aproximações teóricas prévias, mas também de algumas “armadilhas da interpretação”.

Finalmente, aborda-se a incidência do contexto político-social na determinação das dinâmicas de interpretação do registo arqueológico e, nesse sentido, defende-se a importância de uma perspectiva integrada da investigação e gestão do “campo da Pré-história”, não apenas para a sua adequada valorização, mas também para a sua eficiente interpretação no quadro da contemporaneidade.

1. PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

1.1. Pré-história, Arqueologia e Ciências Sociais: o desenvolvimento de uma praxis

Há cerca de 18 anos, num livro de reflexão sobre as ciências sociais, Pierre Fougeyrollas, professor de sociologia em Paris, escrevia que após 30 anos de “afirmação” das ciências sociais, estas pareciam ter produzido saberes parciais, fragmentários, sem que se tivesse constituído um sistema que se pudesse apelidar de científico. E acrescentava:

“A incapacidade destas disciplinas em se transformarem em ciências, quer dizer, em se dotarem de um poder de previsão e de uma capacidade de intervenção sistemáticos no curso dos processos sociais... é, ela própria, um facto social, que convém analisar como tal” (FOUGEYROLLAS, 1980, p. 10).

De facto, muito se tem escrito sobre o problema da objectividade do conhecimento nas ciências do Homem, e mesmo depois de a crítica pós-moderna, mais do que uma reabilitação do estatuto científico de disciplinas como a História, é a fé nas ciências exactas e naturais que foi abalada. O que podemos designar por “nivelamento por baixo”, tão ao gosto das sociedades ocidentais na Segunda metade do século XX.

O estatuto epistemológico da Pré-história, ou da arqueologia, discute-se neste preciso contexto. De facto, é a própria noção de “ciências sociais”, enquanto opostas, ou separadas, das demais, que funciona como bloqueio ao seu progresso.

Pela sua natureza, a arqueologia sentiu cedo, em particular na sua articulação com a Pré-história, estas dificuldades, e, talvez mais do que em ramos como a sociologia ou a antropologia cultural, tem conseguido ultrapassá-las.

Pela força da combinação de múltiplas disciplinas e actividades, nelas incluindo o trabalho físico e a intervenção política (para obter mais fundos para essas

actividades, ou para impedir a destruição do património), a arqueologia tem desenvolvido uma *praxis* que supera o conhecimento factorial, herdeiro das Luzes, num conhecimento totalizante.

1.2. Pré-história e a sua relação com a Arqueologia: espaço e investigação da memória

Começamos pelo fim: a definição dos campos da Pré-história e da Arqueologia. Numa perspectiva totalizante do processo de conhecimento, as fronteiras já não são disciplinares mas apenas funcionais, ou, dito de outro modo, já não são programáticas, mas apenas metodológicas.

Neste sentido, comecemos por definir a Pré-história como um campo interdisciplinar situado no cruzamento, fundamentalmente, das chamadas ciências do Homem, da Terra e da Natureza. A Pré-história não é uma reconstituição do passado, mas uma interpretação dos fragmentos do passado, procurando compreender o seu contexto (vector Espaço), como se produziram e evoluíram (vector Tempo) e com que nexos lógicos se formaram e chegaram até nós (vector Causalidade).

A Pré-história não é uma mera argumentação desprovida de referências. Ela apoia-se na lógica, mas é um conhecimento concreto, ou seja, procede da construção dos seus objectos no mundo do sensível, tal como a física. Ela implica experiências no domínio sensorio-motor, contrariamente à matemática, que procede da coordenação de acções sobre acções do próprio sujeito. E ela aproxima-se das ciências da Terra e da Natureza num outro aspecto: não se coloca problemas que não pode resolver, mas tão pouco nega a sua pertinência. Nesta primeira acepção, naturalmente, a Pré-história é História, e o Pré-Historiador só se diferencia do Historiador, mais uma vez, por critérios funcionais: a natureza diversa da quantidade de fragmentos a identificar (fragmentos cerâmicos, solos, pólenes, textos, etc.), conduz a especializações académicas de acordo com os limites naturais de extensão de conhecimentos acumuláveis num só indivíduo. Um pré-historiador dedicará mais tempo da sua formação à geologia, enquanto que um Historiador do século XIX investirá mais o seu tempo de estudo na economia. Os episódios do quotidiano estão, salvo excepções raras, fora do alcance do pré-historiador, mas não por desejo deste, apenas por infelicidade.

A Arqueologia, para o pré-historiador, é o braço sensorio-motor, que ajuda a reunir dados para a construção dos objectos da Pré-história. Mas a Arqueologia tem um estatuto próprio, pois ela é uma forma autónoma de encarar os mesmos fragmentos do passado. É, por outras palavras, um olhar diferente sobre os mesmos objectos. Numa perspectiva igualmente totalizante, a Arqueologia situa-se

num plano transdisciplinar, e é nesse plano que surgiram novas especialidades como a bio-arqueologia, ou a etno-arqueologia.

Porquê, então, designações diversas? Quando falamos, todos nos entendemos sobre o que é um pré-historiador, ou um arqueólogo, mas defini-lo no papel é mais difícil.

Trata-se, por um lado, dos métodos a que se recorre, e à sua acentuação. Se tivermos em conta os três vectores antes referidos, a causalidade ocupa, na arqueologia como na Pré-história, o lugar central. Mas enquanto a Pré-história valoriza, sobretudo, o estudo no tempo, as continuidades e descontinuidades, os processos, a arqueologia interessa-se mais pelas regularidades, pelos invariantes, pelo contexto, pela sincronia, pelos objectos, numa palavra, pelo Espaço.

Naturalmente, as duas perspectivas são solidárias, não apenas no processo de conhecimento em geral, mas frequentemente no processo de estudo de um mesmo investigador.

Do que acima se referiu, decorre que os binómios Tempo/Causalidade e Espaço/Causalidade tendem a ser os binómios dominantes, respectivamente, da Pré-história e da Arqueologia. E, por esta mesma razão, a problemática da continuidade *versus* descontinuidade é, antes de mais, uma problemática da Pré-história, ou da História *tout court*.

Como se comportam os vectores referidos, em concreto, no quadro das duas perspectivas que temos vindo a discutir?

O Tempo é, sem dúvida, o vector mais discutido, em Pré-história e Arqueologia como noutras disciplinas. A ele se referiu, recentemente, Jorge Alarcão, que procurou sistematizar as variáveis que são objectos arqueológicos (cultura material, ecofactos, normas), que o são com fortes restrições (instituições, paisagens antropizadas) ou que o não podem ser (acções) (ALARCÃO, 1995).

Existem algumas condicionantes estruturantes deste vector. Se o tempo da arqueologia e da Pré-história é o tempo longo, o papel do indivíduo na Pré-história, enquanto objecto de investigação, não existe. Mas daí não decorre a sua irrelevância, apenas implica limitações à interpretação. Uma segunda limitação decorre da relação da nossa concepção do tempo, com o tempo cíclico e reversível das sociedades pré-históricas. Finalmente, o nosso tempo físico, contínuo, homogéneo, e irreversível, é distinto dos nossos múltiplos tempos psicológicos, o que igualmente vai condicionar a investigação.

Entre a estabilidade e a mudança, a Pré-história foca a sua atenção na mudança, e nos ritmos de mudança, identificando diferentes tipos de aceleração desta: o desvio (imperceptível no quotidiano, mas muito significativo no registo arqueológico, pela dimensão de tempo longo que lhe está normalmente associada), a evolução (actualização progressiva, em que predomina o mecanismo de assimilação), a revolução (ruptura, em que predomina o mecanismo

de acomodação, mais difícil de identificar em arqueologia), e a mutação (transformação em que o resultado final apresenta apenas ténues relações com a origem – BAECHLER, 1990).

No vector Espaço, a que se tem dado uma importância crescente nas últimas duas décadas, registamos a passagem dos espaços descontínuos e hierarquizados ao espaço contínuo da modernidade: as noções de identidade, de diverso e de fronteira jogam, inevitavelmente, de forma diversa em ambos os contextos.

O espaço é a totalidade das relações entre os objectos apercebidos ou concebidos, e a sua lógica é a lógica do mundo perceptível, a lógica do concreto. Se o nosso Espaço é, no plano formal, um instante do Tempo, e decorre, no plano objectivado, da percepção dos continentes (o Espaço é aquilo onde estão os objectos, tal como o Tempo é aquilo onde decorrem as acções), o espaço pré-moderno, descontínuo e hierarquizado, decorre da percepção dos conteúdos, sendo determinado pela valorização relativa destes. Ora, é esta valorização relativa que se torna, frequentemente, difícil de caracterizar em arqueologia e Pré-história. A este obstáculo a arqueologia espacial tem respondido procurando a norma no contexto, seja considerando a necessidade de privilegiar uma abordagem paisagística que chega a negar a existência de sítios arqueológicos como algo mais do que uma projecção da nossa subjectividade (DUNNELL, 1992), seja propondo a alteração das escalas de observação privilegiando a caracterização dos elementos de continuidade na gestão dos territórios (BINFORD, 1992).

Mas sempre que se exclui a dimensão do espaço como realidade socialmente construída corre-se, inevitavelmente, o risco do determinismo (ambiental, económico, ou outro). As abordagens objectivistas, de que um excelente exemplo é dado por WANDSNIDER (1992), não resolvem esta limitação. Consciente da dimensão espacial do registo temporal em arqueologia, este autor propõe a caracterização dos vestígios numa matriz que comporta a sua perenidade activa (*facility use-life*), a sua perenidade passiva (*facility decay-life*), a sua capacidade de utilização (*site use-life*) e de regeneração (*site regeneration interval*), combinando métodos da geografia e da paleoecologia, mas não aborda a dimensão social.

Disto decorre que o objecto da Arqueologia é, sobretudo, o espaço como matriz de relações entre objectos (este colar e esta matéria-prima; esta sepultura e aquele povoado), nelas incluídas as fronteiras entre agrupamentos. Mas já mais difícil é a abordagem arqueológica do espaço como dimensão cultural, socialmente construída (ou seja, em que as fronteiras são inferidas de uma multiplicidade de variáveis), embora os novos avanços dos estudos genéticos nos permitam ser relativamente optimistas neste campo, sobretudo ao abrirem a porta aos primeiros estudos de parentesco em Pré-história. Finalmente, escapa à abordagem arqueológica o espaço psicológico dos actores do passado, e os espaços que eles projectaram, imaginaram, assim condicionando a evolução temporal. Ou seja, escapa à

arqueologia a dinâmica do espaço na sua dimensão não determinista, aquela vertente de abordagem que unifica o espaço e o tempo num processo total. Conceitos amplamente utilizados em arqueologia, como os de lugar central, centro ou periferia, estão claramente condicionados por esta realidade.

1.3. Interpretação e causalidade em Pré-história e Arqueologia

Interpretação é o esforço de oferecer coerência ao caos informativo dos objectos construídos no processo de investigação. Na tradição do conhecimento científico, ela gira em torno da causalidade. Neste vector, definimos critérios (de mensuração, de avaliação qualitativa), para por um lado estabelecer nexos causais entre contextos estudados (agrupamentos de objectos e acções) e por outro compreender a relação entre o Presente e esses passados, dinâmicos ou congelados, que se nos oferecem. É no domínio da causalidade que a decomposição factorial da realidade, traduzida numa panóplia de disciplinas diversas (estratigrafia, biologia, história, química, etc.) se torna mais relevante. E se nela está a força dos conhecimentos actuais, pela especialização que possibilita, ela espelha igualmente as dificuldades epistemológicas da arqueologia e da Pré-história. O vector da causalidade é o menos transdisciplinar, se quisermos o mais “moderno”, dos três vectores que estamos a discutir. E sendo a causalidade a matriz da interpretação, essas dificuldades tornam-se evidentes.

Em Pré-história e em arqueologia procuramos explicações, causas (finais ou não), deduções lógicas baseadas em regularidades observadas ou inferidas, a que alguns chamam leis, e não associações casuísticas, que tendemos a evitar. O artefacto não é nada, o tipo é o verdadeiro objecto. Mais uma vez as dificuldades nos assolam. Podemos determinar, em muitos casos, as causas e os meios de um processo pós-deposicional. Mas é mais difícil determinar as causas do depósito antrópico inicial, e está fora da arqueologia a dedução das causas de um ritual, apesar de podermos recuperar inúmeros vestígios do mesmo. Podemos deduzir as causas da fragmentação dos ossos numa necrópole, ou da friabilidade das cerâmicas de um povoado. Mas já nos escapa o porquê da escolha deste promontório e não daquele outro para a implantação do povoado, ou a escolha de um abrigo e não da gruta vizinha para implantar a necrópole. Os laços causais em arqueologia e Pré-história são estatísticos e probabilísticos; mas o que fazer com universos de dados muito limitados, onde a normalidade estatística não é verificável?

Movemo-nos com facilidade crescente no domínio da causalidade físico-química, mas experimentamos sempre as mesmas resistências no domínio da causalidade social, institucional. Tanto assim é que o sucesso do enorme impulso

da chamada Nova Arqueologia e da Arqueologia Processual levou por vezes a esquecer, numa lógica inconfessada de relação custo/benefício, a dimensão humana dos estudos. Abundam os estéreis estudos sobre frequências acumuladas de tipos líticos, volumetrias de vasos ou quadros paleo-ecológicos, em que as sociedades eram reduzidas a um organismo de tipo biológico. Contra esta realidade, aliás, reagiu o referido pós-processualismo, ainda que para lembrar, sobretudo, que uma moeda tem duas faces (HODDER, 1994).

A causalidade dos processos pós-deposicionais é explicada pela Arqueologia. A causalidade original é explicada pela Pré-história, porque é uma causalidade social, institucional, do tempo curto, do indivíduo.

Para superar estas dificuldades, procuramos por vezes a comparação etnográfica, tendo-se mesmo desenvolvido a etno-arqueologia, mais um campo transdisciplinar. Ocorre que a comparação com outras sociedades com graus tecnológicos de desenvolvimento diversos, chamadas “primitivas”, enfrenta por sua vez dificuldades insuperáveis. Essas sociedades, hoje, são marginais, e encontram-se acantonadas pela sociedade capitalista. Esta marginalidade afecta, necessariamente, não apenas a sua construção do espaço (restringido), mas sobretudo as suas oportunidades de desenvolvimento (os ritmos de crescimento e de expansão).

A utilização sistemática de modelos importados da antropologia social e cultural, ainda que seja fonte de estímulo intelectual, se entendida como instrumento para *alargar os horizontes* do nosso pensamento, é claramente errada quando se orienta para a procura de *exemplos modernos de contextos fósseis*. Como já Robert DUNNELL (1971/1994) referia, esta abordagem funcionalista nega à Pré-história a sua principal virtude: o estudo do tempo e da mudança. Os homens modernos, no Paleolítico superior e na Pré-história, acentuaram as características de expansão, curiosidade, antropização do espaço envolvente, demarcação territorial, afirmação da cultura como vector estruturante da realidade. Os bosquímanes, os esquimós ou os índios mais isolados da floresta Amazónica estão cercados por outros homens, a sua postura não é de expansão mas de retraimento. Para estas sociedades expansão significa extinção.

A busca, em Pré-história, das causas de transformação e mudança, ou seja, da explicação dos processos marcados por descontinuidades, está particularmente enclausurada no debate entre *correntes teóricas*. Muito deste debate, no entanto, decorre ou de uma definição diversa dos objectivos da explicação, ou da diversidade do registo arqueológico.

No primeiro caso, torna-se evidente que uma abordagem que privilegie as descontinuidades espaciais, arqueológicas no sentido que temos vindo a utilizar neste texto, não pode identificar os mesmos processos causais que uma abordagem que privilegie as descontinuidades temporais. Por outro lado, os factores explicativos das descontinuidades no *acheulense* tenderão a ser, maioritariamente,

da esfera das ciências da natureza, enquanto que em contextos da Pré-história recente os pesos relativos de factores de natureza económica, social, e mesmo política, tendem a crescer ao ponto de serem considerados determinantes.

Neste contexto, as descontinuidades temporais são, maioritariamente, explicadas num dos seguintes enquadramentos:

- as inovações decorrem do desenvolvimento das sociedades mais complexas, sendo generalizadas, maioritariamente, por mecanismos de difusão (matriz explicativa histórico-cultural, que privilegia o factor tempo);

- as inovações decorrem da adaptação das sociedades às modificações ambientais, mediatizada pela dinâmica social interna dessas sociedades e pela interacção com outras sociedades (matriz sistémica processualista, que privilegia o factor espaço);

- as inovações decorrem da dinâmica interna das sociedades, condicionada pelo seu contexto ambiental e antrópico (matriz historicista pós-processual, que privilegia o factor tempo).

Do que temos vindo a considerar, decorre que a distinção entre Pré-história e Arqueologia não pode ser considerada apenas metodológica, ou funcional. A sua relação epistemológica tem de ser revista, por um lado no quadro da epistemologia geral, em dois vectores: a sua posição na classificação geral das ciências e a definição dos seus critérios de verdade.

G. BACHELARD (1987), retomando a tradição kantiana, escreveu que “*Pensar cientificamente é colocar-se no campo epistemológico intermediário entre teoria e prática, entre matemática e experiência*” (p. 10), para promover uma lógica não aristotélica, solidária com a mecânica relativista. Neste quadro, Bachelard sublinha que a lógica aristotélica não é ultrapassada, apenas integrada num plano lógico mais vasto. Mas a lógica aristotélica privilegia a localização num sistema euclídeano, considerando que os corpos são entidades fixas, pertencentes a um “lugar natural” absoluto. A lógica aristotélica, como a arqueologia, não nega o movimento, o devir, a mudança; mas concentra-se no objecto, no momento. Por essa razão, é uma lógica bi-valente: uma afirmação é verdadeira ou falsa.

A lógica não aristotélica, inversamente, concentra-se na dinâmica interna e externa dos objectos, e se aceita que há apenas uma verdade, concebe-a como um momento de um universo de possíveis. Neste novo quadro lógico, existem três valores e não apenas dois: o possível (definido teoricamente), o verdadeiro (que é, em cada momento, uma cristalização do sistema de possíveis), e o absurdo (porque excluído da lista de possíveis e, portanto, indemonstrável).

Pela sua matriz genética pluridisciplinar, a Pré-história pode considerar-se uma das primeiras ciências constituídas neste novo paradigma lógico. A Arqueologia é uma *praxis* das ciências humanas, nascida do antiquarismo; a Pré-história é igualmente uma *praxis* das ciências humanas, mas na sua génese encontram-se

as ciências da Terra (Estratigrafia) e da Natureza (Paleontologia), principais responsáveis pela extensão progressiva da sua cronologia. Assim, verifica-se que, independentemente da abordagem dos indivíduos que *fazem* Arqueologia ou que *fazem* Pré-história, esta sucede, no plano lógico, àquela. E, por esta razão, a Pré-história já não é, apenas, História, mas realmente uma nova grelha de construção do real.

Aqui se coloca, então, o problema dos critérios de verdade, que têm, naturalmente, que ver com a natureza dos objectos.

Em Arqueologia, tomaremos os objectos numa dimensão formalmente aceite como estável, estudando a sua distribuição espacial, e a distribuição (variabilidade) das suas propriedades num sistema euclidiano. Neste caso, o objectivo da investigação é a determinação de regras, padrões, ou leis, que rejam tal distribuição. Dever-se-á então determinar se se trata de uma distribuição regular, ou de uma distribuição aleatória. Naturalmente, a primeira dificuldade está na definição da dimensão do universo que pode ser considerada suficiente para a interpretação, já que, por natureza, o registo arqueológico é uma amostra, aleatória, do universo de potenciais vestígios no subsolo.

O problema em Arqueologia é que a dimensão fóssil, sendo produto do tempo (processos de formação e processos pós-deposicionais), é sempre uma memória espacial, uma memória de momentos e não de processos. Eu posso reconstruir, por simulação, os processos, mas não os posso escavar. De facto, uma anta fixa essencialmente o momento do seu abandono, com rastros perturbados de momentos anteriores. A Arqueologia pode tentar, com diversas metodologias (métodos de datação absoluta e relativa), construir uma “Pré-história” da anta, ou seja, a história da anta anterior ao seu abandono, mas fá-lo sempre a partir de fragmentos, de momentos.

Obstar-se-á que a partir desses fragmentos se pode reconstruir, por aproximação à conexão lógica (formal) entre eles, a dinâmica em que se inseriam. Mas o problema é que as séries culturais, isto é, os produtos da acção humana, não têm uma distribuição normal, são séries aleatórias. Como tal, não é possível, em Arqueologia, isto é, com os métodos da Arqueologia, resolver o problema da cognição de um objecto em movimento. Eu posso convidar alguns amigos e estudantes para uma instrutiva experiência de construção de uma anta, e calcular nessa base a quantidade de calorías dispendidas, o numero de horas de trabalho, etc. Mas este cálculo nada me diz sobre a estrutura social, o tempo real, que aquela outra anta, que foi escavada pelos meus colegas, demorou a ser construída. Para a Arqueologia o tempo, inexoravelmente, é um não-problema, pois é impossível de abordar. As hipóteses sobre o tempo, em arqueologia, não são verdadeiras (possíveis verificados), nem falsas (possíveis não verificados), são absurdas (porque inverificáveis).

Não se podendo, facilmente, determinar qual o número mínimo de indivíduos necessários para validar o processo de conhecimento, vamos considerar, por convenção, contudo que algumas dezenas serão sempre necessárias. Sobre as distribuições então observadas, serão consideradas regulares, seguindo CHAITIN (1975), aquelas cuja série possa ser traduzida por uma expressão verificável, com idêntica informação, cuja extensão é inferior à do conjunto dos indivíduos considerados na referida distribuição. Por exemplo, se considerarmos um conjunto de pontas de seta num povoado Calcolítico, poderá determinar-se uma regularidade na distribuição se for possível produzir enunciados explicativos que sejam compreensivos e relação ao conjunto referido. Assim, os vasos campaniformes do povoado da Fonte Quente, da Gruta de Nossa Senhora das Lapas e da Gruta do Caldeirão podem ser descritos em extensão, ou pelo seguinte enunciado: “coleção de todos os vasos de tipologia campaniforme associados a contextos da transição para o III^o milénio no vale do Nabão”. Naturalmente, prescindindo do pormenor dos atributos, e recorrendo à categoria de “Tipo”, ela própria uma categoria espacial.

Assim, a natureza, regular ou aleatória, das distribuições em arqueologia, poderia ser verificável, desde que se assegurasse um universo representativo e se definisse com rigor os atributos dos objectos considerados. Não é assim, no entanto, como veremos.

Em Pré-história, as distribuições têm de ser, sempre, consideradas de natureza aleatória, pois devido à dimensão dinâmica dos objectos, todas as séries são, sempre, pontos de vista muito limitados, e constituem fragmentos de processo (logo, sem princípio nem fim) e não amostras de uma totalidade (como no caso dos objectos fixos no espaço, em que apenas se discute a validade da amostra).

Assim, importa definir uma metodologia de abordagem das distribuições aleatórias, que constituem a maioria dos casos em arqueologia, e a totalidade em Pré-história. Tomamos aqui a definição de série aleatória proposta por KOLMOGOROV (1965, citado por CHAITIN 1975) e por CHAITIN (idem): uma série é aleatória se o menor algoritmo capaz de a especificar para um computador comporta, aproximadamente, o mesmo número de bits de informação que a própria série.

Nestes casos, a metodologia já não pode ser dedutiva, mas indutiva, como aliás é prática corrente (isto é, não necessariamente teorizada) desde os primórdios da arqueologia e da Pré-história.

Refere SOLOMONOFF (citado por CHAITIN, 1975), a propósito da ciência, que para qualquer série de observações há sempre várias teorias explicativas em competição, devendo o cientista escolher uma: aquela que recorrer do menor algoritmo. O modelo de SOLOMONOFF é como um computador, em que quanto menor for o programa, mais abrangente é a teoria e maior o grau de compreensão.

Daqui decorre que as séries aleatórias, não podendo ser reproduzidas por um programa com estas características, não podem ser explicadas pela teoria. São, diríamos, não objectos, ou falsos objectos. Nesta acepção, pois, grande parte dos objectos da arqueologia e da Pré-história estão fora da ciência.

Diz-se, na literatura arqueológica, que estes objectos são “complexos”. O termo “complexo”, aliás, intervém com muitos significados nos estudos de arqueologia e Pré-história, e é genericamente associável, na maioria dos casos, com a ideia de evolução (as sociedades “complexas” sucedem-se às sociedades segmentárias). Na acepção de CHAITIN, a complexidade de uma série é o numero de bits necessário para exprimir o menor algoritmo que gera a série. Uma série aleatória tem uma complexidade maior que uma série normal, e uma série aleatória é tanto mais complexa quanto mais extensa for.

Mas esta observação não resolve um problema inicial. Dissemos que as séries em arqueologia podiam ser normais ou aleatórias; mas como comprová-lo? De facto, pode-se provar que uma série é normal, basta descobrir o algoritmo que preencha as condições antes referidas. Mas não se pode provar que uma série é aleatória.

Assim, na maioria dos casos em arqueologia, e na totalidade dos casos em Pré-história, não podemos reduzir a noção de verdade a um enunciado bi-polar (verdadeiro ou falso). O conceito de verdade deve ser substituído pelo de probabilidade. As afirmações em arqueologia e Pré-história são, então, verdadeiras (se provadas, no campo limitado de algumas séries em arqueologia), falsas (quando provadas falsas, no mesmo campo) ou fora da lógica formal. Estas últimas revestem-se, em muitos casos, da natureza de “proposições indecidíveis” (AMORIM, 1984). Ora a aplicação de uma metodologia indutiva é legítima no domínio das proposições decidíveis, mas não destes últimas.

2. “AVENTURAS” OU “ARMADILHAS” DA INTERPRETAÇÃO: A PROBLEMÁTICA DA TRANSIÇÃO MESOLÍTICO/NEOLÍTICO NO OCIDENTE PENINSULAR

2.1. O modelo cardial, ou dualista

As dificuldades a que aludimos traduzem-se, afinal, nos exemplos concretos de investigação. Tomamos como exemplo a problemática da transição Mesolítico/Neolítico no ocidente peninsular, e em particular os sítios de *Gruta do Caldeirão* e de *Povoado da Amoreira*.

As camadas Eb e Ea da *Gruta do Caldeirão* constituem a estação de referência, de facto a única sequência estratigráfica, que apoia o modelo de João

ZILHÃO (1992) sobre a Neolitização do ocidente peninsular. Neste modelo, o autor defende que na segunda metade do 6º milénio A.C. (ou, eventualmente, um pouco mais cedo), há evidências (conjunto funerário de deposições de superfície) de uma presença neolítica, com cerâmica cardial, micrólitos, contas de colar sobre conchas fluviais e marinhas, e fauna domesticada. A gruta funcionaria ainda, talvez, como habitat temporário, devendo localizar-se o habitat permanente nos terrenos a Sul. Embora levantando outras hipóteses, Zilhão opta por considerar que estes vestígios correspondem a uma comunidade de agricultores e pastores, cujo território de pastagem e caça se situaria na zona calcária (onde se situa a gruta), e cuja aldeia ficaria “unto a solos de boa qualidade (...) presentes apenas alguns quilómetros mais a sul, na planície aluvial em que se situa a cidade de Tomar.” (idem, p. 122).

Esta conclusão, seria suportada por um conjunto de factos observados:

- Existência de uma descontinuidade estratigráfica, ligada a um episódio de erosão, entre as camadas Fa e Eb, correspondente ao episódio de Lascaux (18-16 Kcal). Tratar-se-ia de um hiato sedimentar; Fa seria de cerca de 18Kcal;

- A camada E corresponderia, assim, à colmatação de uma cascalheira pleistocénica de abatimento, com grandes blocos na base (Ec), calhaus no meio (Eb) e blocos no topo (Ea e D);

- Eb teria, nesta leitura, uma cronologia pleistocénica, com intrusão do Neolítico cardial (no contacto com Ea e em tocas);

- Haveria um hiato sedimentar entre Eb e Ea, com início, pelo menos, há 10.000 anos, seguindo-se a um decrescimento da velocidade de sedimentação nos milénios anteriores, devido à fixação dos solos pela vegetação;

- A camada Ea não existe no corredor, e os materiais neolíticos de Eb, no corredor, são idênticos aos de Ea na sala, reforçando a ideia de que, em ambos os casos, se trata de deposições superficiais;

- Seguindo o que foi observado na Gruta do Almonda, do Neolítico são excluídos os utensílios de tipo Paleolítico superior (raspadeiras, buris, pontas macro e microlíticas em sílex) e os macro-utensílios em quartzo e quartzito. São incluídos os micrólitos e a pedra polida. O critério é tipológico, mas tem apoio quantitativo: nos contextos neolítico, a cerâmica costuma ser claramente dominante, enquanto que na camada E se observa o inverso;

- Inexistência de ocupação mesolítica na Estremadura interior, a não ser episodicamente e na dependência dos recursos marinhos e estuarinos, comprovada pela inexistência de vestígios e pelas análises isotópicas realizadas sobre restos ósseos da gruta e dos concheiros de Muge, que confirmam as dietas predominantemente terrestre e aquática, respectivamente, sugerindo tratarem-se de populações distintas;

Neste sentido, a dieta terrestre registada na *Gruta do Caldeirão*, e também

num cúbito humano da *Gruta da Casa da Moura* datado da mesma época, corresponderia à “introdução do modelo de economia agro-pastoral com origem no Próximo Oriente, baseado nos cereais e nos ovicaprídeos. Ela suceder-se-ia a um hiato sedimentar observado em diversas locais, onde os vestígios do Neolítico antigo, sistematicamente, se apresentam intrusivos em depósitos pleistocénicos. E a uma fase em que as zonas de densa floresta não seriam habitadas pelos grupos humanos. A retomada da sedimentação, por seu lado, resultaria da desflorestação, que só teria lugar mais tarde.

Em suma, a mais antiga Neolitização do ocidente peninsular teria tido lugar na Estremadura, como recolonização de um tipo de ecossistema abandonado pelo Homem desde o final do Paleolítico superior, por grupos já adaptados ao novo modelo económico agro-pastoril. A Estremadura, desabitada, estaria disponível para esta alteração, e constituiria um enclave cardial, fora do qual persistiria o Mesolítico dos concheiros. Eco-sistemas diferentes corresponderiam a modelos económicos diversos, admitindo-se a neolitização por colonização a partir do litoral.

Neste modelo, constitui elemento chave a avaliação que é feita de outros sítios atribuídos ao Neolítico antigo na Península Ibérica. De forma sistemática, J. Zilhão põe em causa a validade da interpretação das sequências estratigráficas de diversos sítios Neolíticos em Espanha, valorizando sistematicamente os contextos com cerâmica cardial, em especial a “Cova de l’Or”. Esta metodologia, aliás, estende-se a sítios em Portugal; é assim que J. ZILHÃO e A. CARVALHO (1995), à partida excluem sítios como o de Nossa Senhora das Lapas (cujo contexto, muito similar ao NA1 da Gruta do Caldeirão, fora publicado em 1993), ou o Conjunto 4 da Buraca Grande (excluído por não conter cerâmicas decoradas), enquanto se incluem datações sem contexto estratigráfico fechado, como no Algar do Picoto, ou na Casa da Moura. Trata-se, como se vê, de uma opção teoricamente determinada: o privilegiar do modelo sobre a “pressão” do registo arqueológico; a valorização diferenciada das evidências, de acordo com o modelo pré-definido.

No mesmo trabalho se reitera a conclusão de que a ausência de sítios mesolíticos afins das indústrias de Muge (à excepção de Forno da Telha, em Rio Maior), atesta o carácter secundário do povoamento humano na Estremadura, nessa época. Curioso é o facto de registar, no que se refere aos sítios de ar livre, uma dominância das indústrias em quartzo e quartzito, sobre o sílex, sem contudo estabelecer uma correlação, que nos parece mais lógica, com as indústrias pré-neolíticas de idêntica natureza.

Idêntica abordagem, com recurso recorrente à noção de hiato entre o epipaleolítico e o Neolítico antigo, é protagonizada por Jean Guilaine, que foi aliás o primeiro responsável pela introdução, em Portugal, do “paradigma cardial”. Na sua recente revisão da Neolitização do Mediterrâneo Ocidental, GUILAINE (1996) contesta “datas epipaleolíticas muito baixas” e “datas muito altas para

contextos cerâmicos”, registrando um hiato na sequência de Araguina Senola (Córsega), dem Corbeddu (Sardenha), ou na Andalusia, enquanto subscreve o modelo de Zilhão para Portugal.

2.2. Discussão

Ocorre que este modelo de J. Zilhão, retomado em diversas publicações, constitui um excelente exemplo de um exercício de indução, cujo alcance limitado foi por nós questionado anteriormente.

Acresce que as evidências observadas por J. Zilhão não permitem leituras unívocas. Do conjunto de argumentos deste autor, destacam-se dois: o hiato estratigráfico e a triagem tipológica dos artefactos, deles se deduzindo, por indução vagamente suportada por outros contextos de estratigrafia questionável, a inexistência de ocupação humana permanente na Estremadura, durante o Mesolítico. Estas observações não são consistentes, como veremos.

2.2.1. Estratigrafia

Em primeiro lugar, o hiato estratigráfico, e a simétrica aceleração de sedimentação, que J. Zilhão associa com a evolução da floresta Estremenha e posterior desflorestação, não se observa. No seu estudo geoquímico do preenchimento sedimentar, publicado no mesmo volume, António CRUZ (1992) refere que, a existir, tal hiato teria lugar dentro da camada Eb, e não entre Eb e Ea; ou seja, a existir o hiato, a sedimentação seria retomada ainda no Pleistoceno (a admitir a cronologia pleistocénica desta camada). É na sequência deste primeiro estudo, que as amostras D5 e D6, inicialmente atribuídas à camada Eb, passam a ser atribuídas à camada Ea. Mesmo assim, António Cruz não confirma o hiato sedimentar nas amostras inferiores, D7 e D8; apenas afirma que não há hiato entre as primeiras. O autor refere, mesmo, que a única descontinuidade clara é entre as camadas Eb e Fa, correspondendo ao Pleistoceno (entre cerca de 20.000 e 14.000 B.P.), e apenas admite que a continuidade registada poderia ser uma falsa continuidade, na ausência de registo sedimentar para o Holoceno inicial. Trata-se contudo de uma hipótese retórica, e não de uma observação estratigráfica, dado não se poder registar uma ausência. António CRUZ admite que o hiato poderia ser mascarado por uma desflorestação limitada no início da Neolitização. Quanto à desflorestação como processo generalizado, ele poderia registar-se apenas no momento a que se reportam a amostras D1 a D3, cerca do 4º milénio.

Em trabalho mais recente, A. CRUZ (1993) viria a confirmar a inexistência de hiato sedimentar, e a colocar a hipótese de a camada Eb ser Solutrense na base,

Magdalenense na zona média e pós-Magdalenense no topo.

Pode assim concluir-se que não há evidência inequívoca de hiato estratigráfico na transição entre as camadas Fa e Eb.

Por outro lado, se é certo que a base da camada Eb possuiu datações pleistocénicas, não se percebe o argumento de que as tumulações do Neolítico antigo NAII (com cerâmica cardial) correspondem a deposições de superfície. De facto, a observação dos perfis publicados indica claramente que, pelo menos na sala do fundo (quadrados P10 e P14), se registam fossas escavadas na camada F, colmatadas pela camada Eb. Tais fossas, não sendo atribuídas a uma ocupação Paleolítica, e coincidindo espacialmente com a maior concentração de vestígios neolíticos, podem ser, logicamente, associadas às referidas tumulações.

Finalmente, o argumento da inexistência da camada Ea no corredor é discutível. Até à revisão estratigráfica do quadrado P14 (cujo desenho de perfil não é publicado), a camada Ea era considerada inexistente. No único perfil do corredor que se apresenta, a mesma camada está presente no quadrado O15, e topograficamente, parece mais lógico “dissolvê-la” na camada ABC (remeximento), do que na camada Eb, nos restantes quadrados. Assim, pelo menos em duas situações a ausência da camada Ea é discutível e, naturalmente, esta situação questiona as conclusões de J. ZILHÃO sobre o carácter das tumulações e sobre a natureza de Ea como redeposição de Eb na sala do fundo.

2.2.2. Artefactos

A triagem dos artefactos também é questionável. A utilidade lítica das camadas Eb e Ea da Gruta do Caldeirão é caracterizada pelas peças macrolíticas em quartzo e quartzito (ZILHÃO, 1992, 41). O número de peças líticas é claramente superior às cerâmicas, de forma mais acentuada na camada Eb (23 para 1), do que na Ea (5 para 1), contrariamente ao observado, por exemplo, na Gruta do Almonda (num contexto remexido, segundo a publicação! – ZILHÃO, MAURÍCIO, SOUTO, 1991). Destes elementos, J. Zilhão conclui que em ambas as camadas há uma forte componente paleolítica, hipótese reforçada pelo estudo da fauna, em que o conjunto neolítico (javali, ovelha, boi) se separava claramente do outro (veado, lebre, castor). Os gráficos de distribuição de artefactos e ecofactos validam este modelo.

Assim, ao NA2 são atribuídos a cerâmica cardial, um trapézio, e talvez outros micrólitos e lâminas, para além de adornos. Este horizonte é caracterizado por 3 datas de radiocarbono.

A uma fase neolítica ainda mais antiga, são atribuídos alguns ossos humanos, e um vaso cerâmico liso, de cor castanha-avermelhada. Este horizonte é caracterizado por 1 data de radiocarbono.

Ao NA1 são atribuídos a cerâmica impressa não cardial e incisa, a pedra polida e adornos. Este horizonte é caracterizado por 3 datas de radiocarbono.

Ao paleolítico, na camada Eb (sala), são atribuídos lamelas de dorso, raspadeiras unguiformes, carenadas e outras, buris, indústria macrolítica, lâminas e lamelas, além de peças esquiroladas. Na mesma camada, no corredor, ocorrem elementos solutrenses. Na camada Ea registam-se buris e raspadores.

Sem questionar a existência de um horizonte lítico pré-neolítico, levantamos a hipótese de estarmos em presença de uma ocupação mesolítica. Esta hipótese é consistente com a estratigrafia, e com as indústrias do Povoado da Amoreira e de Santa Cita.

Sobre a estação paleolítica de Santa Cita, foi identificado um horizonte (camada 4) atribuído ao epipaleolítico, embalado num depósito eólico, sem raízes, na base do qual se desenvolveu um paleo-solo que separava tal horizonte da ocupação paleolítica (BICHO, 1997).

O epipaleolítico em Santa Cita está representado por 1400 peças, dominadas pelos micro-buris e peças carenadas. Abundam as lamelas Dufour, que dominam sobre os geométricos, embora o conjunto microlítico seja escasso (o que é atribuído a uma erosão superficial dos elementos mais leves, por circulação de água). Raspadeiras carenadas e afocinhadas, buris, denticulados e 1 pico, constituem a restante indústria lítica. Uma estrutura de combustão e diversas remontagens atestam a coerência do horizonte, no qual o sílex representa 30% dos núcleos, 40% dos utensílios e 80% dos utensílios retocados.

O horizonte identificado em Santa Cita é aparentado a conjuntos epipaleolíticos de Rio Maior, datados entre 10.500 e 8.500 BP. Trata-se de um conjunto compatível com grande parte da indústria lítica das camadas Eb e Ea da Gruta do Caldeirão, oferecendo um contexto próximo para as mesmas.

Indústrias macrolíticas, similares às da Gruta do Caldeirão, associadas a lâminas, lamelas e peças afocinhadas e carenadas, ocorrem também no Povoado da Amoreira, como veremos, neste caso com uma data de 7460 BP. Deve recordar-se que a data mais antiga para a camada Eb da Gruta do Caldeirão é de cerca de 6780 BP, ou seja, compatível com as datações dos concheiros de Moita do Sebastião e Cabeço da Amoreira, em Muge.

É igualmente verdade que as datas, muito discutidas, obtidas para as grutas de Nacimiento (Jaén), Dehesilla, Nerja, Chica de Santiago e Fosca, caem todas no intervalo entre 8.000 e 6.800 BP (OOSTERBEEK, 1994). Como refere Juan VICENT GARCIA (1997), apesar de a publicação dos referidos contextos não ser a melhor, a sua convergência, pelo menos, questiona a validade do modelo dualista (“pacote neolítico” *versus* “epipaleolítico indígena”).

Neste contexto poderemos rever as camadas Eb e Ea da Gruta do Caldeirão como um palimpsesto, que associa uma ocupação epipaleolítica e mesolítica, com

enterramentos em fossa do Neolítico, os quais, por atingirem a camada Fa, contaminaram a camada, igualmente, com alguns elementos paleolíticos (solutrense).

Regressamos, assim, à primeira versão da estratigrafia da Gruta do Caldeirão, elaborada após a escavação sistemática da camada E, em 1982 e 1983 (ZILHÃO 1982, 1983).

No relatório de 1992 é descrita “uma fossa de paredes verticais”, atravessando a camada F na sala do fundo, e sublinhada a existência de um horizonte de grandes abatimentos (Ec), revestidos com concrecionamentos litoquímicos (ZILHÃO, 1982, 12). Estes abatimentos, sucedendo-se a níveis com formações estalagmíticas, podem ser correlacionados com fenómenos similares noutras grutas da zona, atribuídos ao início do Holoceno (OOSTERBEEK, 1994). Quanto à fossa, o relatório do ano seguinte (ZILHÃO, 1993) esclarece que tem uma morfologia circular, excluindo a origem antrópica para a mesma, argumentando com a escassez de vestígios osteológicos para negar a natureza tumular da mesma. No entanto, na monografia de 1992, os quadros publicados (ZILHÃO, 1992, 55) indicam que a zona da fossa (quadrados Q12 e Q13) apresenta uma clara dominância de ossos atribuídos ao neolítico sobre os atribuídos ao paleolítico (na proporção de 1 para 8 na camada Ea, e de 1 para 5 na camada Eb). Neles se inclui uma elevada frequência de ossos humanos, associados a cerâmica cardial. Assim, comprova-se a probabilidade de, contrariamente ao defendido por J. Zilhão, a fossa ter uma natureza sepulcral.

Em conclusão, não se pode afirmar, pelo contrário, que não existe ocupação Holocénica pré-neolítica na região, pelo contrário. É certo que não existem contextos estratigráficos indiscutíveis, mas tal é uma situação partilhada com os horizontes de Neolítico antigo, pelo que não pode funcionar como argumento, como discutimos noutra trabalho (OOSTERBEEK, 1999).

2.3. Para uma visão multidimensional da Neolitização

O que fica aqui discutido, impõe um retorno à questão do modelo de Neolitização. Deverá aceitar-se a prioridade do mecanismo difusor, ou do mecanismo evolutivo? Pensamos que se trata de uma falsa questão. Defendemos anteriormente (OOSTERBEEK, 1994) um modelo de evolução multi-linear, com o que então designámos por “shifiting centres”. Trata-se, de certa forma, da mesma ideia que V. GARCIA (1997) propõe, a partir da noção de reciprocidade entre os grupos, ao sugerir uma Neolitização por “capilaridade”. Ou ainda da que parece poder inferir-se, ainda que para um momento um pouco mais recente, dos estudos sobre a distribuição de machados polidos de jadeíte na Europa (PÉTREQUIN *et al.* 1998).

A Neolitização terá sido, assim, um processo sem descontinuidades abruptas, marcado por uma diversidade de mecanismos de articulação inter-grupos, partilhando uma tendência geral, sem que no entanto nenhum dos elementos do chamado “pacote neolítico” possa ser considerado indispensável. Um processo em que as novidades são selectivamente aceites por alguns grupos (como sugere VICENT GARCIA, 1997), ou socialmente impostas em alguns casos.

De facto, ao relermos o balanço de J. GUILAINE (1996), o que parece destacar-se é o facto de o modelo dual se limitar a duas áreas (Midi e Valencia) e, sobretudo, o facto de nos contextos insulares e meridionais existirem, sistematicamente, datas muito antigas para contexto Neolíticos sem cardial (!).

Ocorre, porém, que um modelo desta natureza não é testável em arqueologia. Ele é tão difuso, que jamais se encontrará provas arqueográficas que o possam confirmar ou infirmar. Será, então, um modelo inútil? Não! Simplesmente, pertence ao domínio da Pré-história e não da Arqueologia. É testável e refutável no domínio da lógica e da comparação paleo-antropológica, e não no domínio da descrição contextual.

Estamos assim, de novo, numa situação paradoxal, que faz lembrar o texto de MARKOSIAN (1996): qual a melhor pergunta que se pode fazer sobre a Neolitização? A resposta óbvia, a que acorrem os defensores do modelo dualista, e boa parte dos seus opositores, é: “qual a melhor forma de testar arqueograficamente as hipóteses diversas que se colocam, ou colocarão, sobre a Neolitização?” Mas a resposta é: “a melhor forma é testá-las fora do campo arqueográfico”. Assim, a melhor pergunta não é, de facto, a óbvia, mas uma outra, que só poderemos formular correctamente, à medida que formos construindo as respostas, ou seja, redefinindo os critérios de verdade.

Daqui decorre, obviamente, que o problema da Neolitização não é um problema da Arqueologia, é um problema da Pré-história. O erro epistemológico de base do modelo dualista decorre de tentar responder no terreno da arqueologia a um problema que lhe não pertence. Inevitavelmente, desenvolve uma relação pouco clara com o registo arqueológico, e produz um híbrido no sentido estrito da palavra: mesmo que eventualmente dotado de coerência interna (o que, como vimos, nem sempre é o caso), é infecundo e pernicioso para o progresso dos conhecimentos.

É, pois, no campo da Pré-história que VICENT GARCIA (1997) interpreta a Cova de l’Or como local de armazenamento social, num argumento que poderíamos aplicar, também, à Gruta do Caldeirão. A ausência do modo de vida aldeão, associada à inferência sobre práticas exogâmicas, tem pelo menos dois fundamentos: no plano arqueográfico não há evidência do primeiro; no plano biológico, o *nexus* reprodutivo importaria a existência de tais práticas.

Podemos assim rever certos sítios emblemáticos da Neolitização, como a Gruta do Caldeirão, ou a Cova de l’Or, e certos objectos, como a cerâmica cardial

ou os braceletes de *Glycymeris glycymeris*, como mais um avanço na antropização da paisagem, à semelhança da arte rupestre.

A ausência do modelo aldeão, por outro lado, é a mais forte contestação à ideia de uma Neolitização rápida e acabada. Contrariamente a outros elementos do “pacote”, como a pecuária ou a cerâmica, a agricultura operou uma ruptura dramática na gestão do tempo das comunidades. Ao prendê-las à terra, ritmou e uniformizou os seus comportamentos, contribuindo para a alienação de uma parte da comunidade. Um tal processo foi demorado e teve, seguramente, resistências.

A inexistência de vestígios de um modo de vida aldeão no Neolítico antigo sugere precisamente tais resistências, num contexto de equilíbrio precário entre processos de diferenciação (desenhados no Paleolítico superior e reforçados no Mesolítico) e de conservação das estratégias de caça-recoleção.

3. O “CAMPO DA PRÉ-HISTÓRIA”

3.1. Ruptura com as tradições nacionalistas

No domínio das disciplinas da memória, da História, a tradição dos diversos países tende a sublinhar momentos históricos que fundamentem os nacionalismos gerados no quadro da ascensão da burguesia na modernidade. É assim com o epopeia dos Descobrimentos em Portugal, a era Victoriana em Inglaterra, Pedro o Grande na Rússia, ou o Megalitismo e os Celtas na Irlanda. Quatro exemplos de memórias míticas, justificadoras dos estudos históricos.

No entanto, em tempos recentes, a arqueologia e a Pré-história têm gerado novos pólos de interesse, numa dinâmica que se aproxima das preocupações ecológicas. É assim que se disseminam programas de arqueologia em diversas cadeias televisivas, e revistas especializadas de divulgação. Sobre estes ombros se ergueu o potente movimento em defesa das gravuras de Foz Côa.

Nestes casos, é ao entrosamento entre investigação e sociedade que assistimos. A praxis que antes referimos, nascida da unidade da teoria e da prática que é incontornável em arqueologia, faz deste um dos campos de excelência da nova pós-modernidade, da transdisciplinariedade.

O campo da Pré-história e da arqueologia é, assim, um campo de intervenção político social, no sentido original do termo. Foi assim em Foz Côa e no caso da defesa do Museu do Homem de Paris, como já o fora na discussão sobre a preservação das pegadas de Laetoli (finalmente cobertas!) ou da barragem de Abu Simbel, em tempos que já parecem distantes.

Não se trata de dissolver a ciência numa argumentação oportunista, que faz depender a verdade da retórica e da negociação entre interesses diversos, como no

caso do chamado “pragmatismo filosófico” (CARRILHO, 1993). De facto, como refere BOGHOSSIAN (1997) a propósito do texto “provocatório” de Alan Sokal: “...o nosso *objectivo* deve ser alcançar conclusões que são objectivamente verdadeiras e justificadas, independentemente de qualquer perspectiva particular (...e...) a ciência é a melhor ideia que alguém teve para alcançar esse objectivo” (p. 6). Trata-se de reconhecer que, na sociedade, existem interesses contraditórios, e que a Pré-história e a arqueologia se afirmam, quer dizer, se legitimam socialmente, no quadro dessas contradições.

Para além desta dimensão extrínseca, que ecoa a sociedade actual no interior da investigação, existe também uma dimensão intrínseca, pela oferta de uma pluralidade de passados. Como refere Paulo FUNARI, num texto sobre Arqueologia Histórica, A Arqueologia democratiza o passado, fornecendo aberturas para a vida diária do povo (1998, p. 12). Uma perspectiva que encontra acolhimento na chamada “Nova Esquerda” norte-americana (Chomsky e outros), e que muitas vezes resvala para o terreno da “ideologização” e da descaracterização das especificidades da disciplina (vd. a proposta de uma arqueologia para a classe trabalhadora elaborada por DUKE e SAITTA, 1999).

Esta nova dimensão da arqueologia e, sobretudo, da Pré-história, ganha um maior relevo no quadro da globalização, o que não é isento de algum perigo, e até mesmo de alguma perversidade.

A globalização, como fenómeno de dissolução dos subsistemas num único sistema global, planetário, arrasta inevitavelmente processos e tensões de afirmação das nacionalidades e, de forma geral, das identidades sectoriais. Estes fenómenos afirmam-se de forma essencialmente negativista, e potencialmente conflictiva. Neste quadro, a Pré-história assume a dimensão do sincretismo original, uma espécie de “globalização” *avant-la-lettre*. Em Pré-história, sabemos que tal leitura é falsa, e que ao invés de uma unidade original, o que sempre houve foi uma grande pluralidade, marcando cada momento da história com uma infinidade de possíveis futuros. Mas a visão sumária da Pré-história, que é percebida pela generalidade da população, reforça o mito da unidade inicial. Da Eva mitocondriana, à suposta unidade Europeia na Idade do Bronze, passando pela “politicamente correcta” miscegenação dos *Sapiens sapiens* com os *neanderthalensis*, é esta Pré-história que, mais uma vez, se afirma no terreno político.

A Pré-história é, assim, hoje, um agente da integração europeia e da globalização, um factor de unidade, um dissuasor das tensões xenófobas. E sê-lo-á cada vez mais. A globalização é, provavelmente, o último passo de expansão do mercado mundial, a última fuga em frente. Daí a enorme importância em desenvolver mecanismos eficazes de regulação, designadamente a nível ideológico. Paradoxalmente, a Pré-história tenderá a afirmar-se, em parceria com a Ecologia ou a comunicação multi-média, como um agente de alienação. E é por isso que

será, cada vez mais, apoiada pela sociedade.

Motivações relacionadas com o interesse em reforçar a identidade europeia, sublinhando a sua diversidade (ainda que esta, muitas vezes, seja simplificada), combatendo o racismo, a xenofobia e a exclusão de todos os tipos, são argumentos políticos que justificarão o empenho dos governos nesta área. Para além, naturalmente, da dimensão económica, designadamente como factor de coesão regional e de desenvolvimento sustentável.

3.2. Gestão e Investigação

Este impacto crescente da Pré-história e da arqueologia na sociedade, é mediatizado pela emergência dos programas de gestão integrada em arqueologia. Esta gestão integrada, que se ocupa da identificação, estudo, preservação, recuperação e valorização desses fragmentos da memória, é também ele um elemento essencial na credibilização destes conhecimentos, no quadro da definição das “condições de verdade”. De facto, é pela integração da valorização com a investigação que as interpretações poderão ganhar, cada vez mais, uma eficiência social. A valorização é o processo de saída da arqueologia e da Pré-história da sua torre de marfim, rompendo com o isolamento em que, apesar de tudo, ainda se encontram. É o caminho que antes trilharam a química, a física ou mesmo a medicina, o caminho da interpretação eficiente, socialmente ratificada. É, também, a forma de combater a dimensão perniciosa de que antes se falou, promovendo o nível cultural global da sociedade.

Neste domínio assume particular importância a articulação da investigação com as outras dimensões da intervenção arqueológica (inventário, conservação, restauro, valorização), em programas de gestão integrados. A gestão não é uma mera actividade contabilística, mas a participação no aprofundamentos de novas noções de território, de humanidade.

A arqueologia e a Pré-história investigam os vestígios materiais do Homem no espaço e ao longo do tempo, e essa investigação tem nos homens e mulheres da actualidade os seus destinatários. A identificação, o estudo e a valorização fazem-se, antes de mais, para as sociedades presentes (que, em abono da verdade, pagam esse labor), e para a preservação da memória colectiva para as gerações vindouras. A crise do optimismo neo-positivista veio acentuar esta revalorização da memória.

É vital que este processo seja assumido, e coordenado, pelos arqueólogos e pré-historiadores. Certamente, a sua dimensão económica, em particular no domínio do turismo cultural, associada à gestão do *lazer*, assume uma relevância estratégica muito grande, face à terceirização das economias dos países comunitários.

Deve, a este respeito, registar-se que a expressão *indústria turística*, tal como a de *indústrias da cultura*, ganhou importância crescente nos últimos anos, acompanhando a crise dos sectores económicos tradicionalmente mais relevantes: a agricultura e as indústrias tradicionais (também referidas como “indústrias poluentes”). Ainda que, e não será demais recordá-lo, estas novas *indústrias* o sejam, apenas, no sentido de “formas engenhosas de criação”, produzindo valores de uso virtuais, bem diversos dos resultantes dos sectores primário e secundário.

É por esta razão que a economia global jamais poderá assentar essencialmente nelas, mesmo se, à escala da repartição supra-nacional das actividades económicas, seja hoje possível a uma região, ou a um país, depender essencialmente dessas mesmas *neo-indústrias*.

Integrar a gestão com a investigação é pois um desafio crucial para o progresso destes campos de saber, e é normal que as estruturas estabelecidas, por inércia e conservadorismo, contra isso reajam. Por exemplo, a integração *de facto* da investigação e da valorização propiciada pelo actual quadro institucional português, apesar das aparências, é uma clássica resposta conservadora às dinâmicas referidas.

Não se trata de dissolver num terreno político a especificidade da investigação, mas de compreender que a legitimação social dos resultados desta depende da abertura à sociedade. A medicina legitima-se na prática clínica, o direito legitima-se na administração da justiça, a química legitima-se na indústria, ... ou seja, a generalidade das áreas do saber legitimam-se na solução de problemas da sociedade. A Pré-história e a Arqueologia deverão encontrar essa funcionalidade, no quadro da qualidade de vida dos cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, JORGE DE (1995) – A Arqueologia e o Tempo, IN: *Contímbriga*, 32-33 (1993-1994), pp. 9-56.
- AMORIM, JOSÉ BAYOLO PACHECO DE (1984) – Matemática e Conhecimento, IN: *Anuário da Universidade de Coimbra, ano de 1983-1984*, Coimbra, Universidade, pp. 23-46.
- BACHELARD, GASTON (1987) – *A Filosofia do Não*, Lisboa, Ed. Presença.
- BAECHLER, J. (1990) – Mudança, IN: R. Boudon *et al.*, *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Publicações D. Quixote, pp. 170-171.
- BATTRO, A. M. (1973) – *Piaget: Dictionary of Terms*, New York, Pergamon Press Inc.
- BICHO, NUNO F. (1997) – A Escavação de Emergência do Sítio Paleolítico de Santa Cita/ /Tomar, IN: *Em busca do passado. 1994-1997*, Lisboa, Junta Autónoma de Estradas, pp. 10-29.
- BINFORD, L. R. (1992) – Seeing the Present and Interpreting the Past – and keeping things straight, IN: J. Rossignol, L. Wandsnider (ed.) *Space, Time and Archaeological*

- Landscape*, New York, Plenum Press, pp. 43-59.
- BOGHOSSIAN, P. (1997) – O que o embuste de Sokal nos deve ensinar, IN: *Disputatio*, vol. 2 (ed. Internet: purl.inesc.pt/pub/disputatio).
- CARRILHO, M. M. (1993) – *A Filosofia das Ciências*, Lisboa, Ed. Presença.
- CHAITIN, GREGORY (1975) – Randomness and Mathematical Proof, IN: *Scientific American*, 232, nº 5, pp. 47-52 (versão html: www.cs.auckland.ac.nz/~CDMTCS/Chaitin).
- CRUZ, ANTÓNIO J. C. DA (1992) – Análise geoquímica da coluna de amostragem D (camadas A/B/C-Eb) da Gruta do Caldeirão, IN: ZILHÃO, J. (1992), *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Lisboa, IPPAR, pp. 203-214.
- CRUZ, ANTÓNIO J. C. DA (1993) – *Estudo Geoquímico de Preenchimentos Sedimentares de Grutas da Estremadura com vestígios de ocupação humana pré-histórica*, Lisboa, dissertação de Doutoramento (dact.).
- DUKE, P. & D. J. SAITTA (1999) – *Na Emancipatory Archaeology for the Working Class*, ed. Internet: www.shef.ac.uk/~assem/4/
- DUNNELL, R. C. (1992) – The notion site, IN: J. Rossignol, L. Wandsnider (ed.) *Space, Time and Archaeological Landscape*, New York, Plenum Press, pp. 21-41.
- DUNNELL, R. C. (1994) – *Systematics in Prehistory*, HTML version by Carl Lipo and E. Madsen (1ª edição 1971).
- FOUGEYROLLAS, P. (1980) – *Sciences sociales et marxisme*, Paris, Payot.
- FUNARI, PEDRO PAULO A. (1998) – Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto Sul-Americano, IN: Pedro Paulo A. Funari (org.), *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, Campinas, Universidade Estadual, pp. 7-34.
- GIDDENS, A. (1996) – *Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Ed. (3ª ed.).
- GUILAINE, J. (1996) – La Neolithisation de la Méditerranée Occidentale, IN: R. G. Cremonesi, J. Guilaine, J. L'Helgouac'h (eds.), *The Neolithic in the Near East and Europe*, Forlé, XIII International Congress of Prehistoric and Protohistoric Sciences, pp. 53-68.
- HODDER, IAN (1994) – *Interpretación en la Arqueologia. Corrientes actuales.*, Barcelona, Ed. Crítica.
- JORGE, V. M. O. (1973) – Estatuto Epistemológico da Paleo-Antropologia Cultural, IN: V. O. Jorge, J. A. Meireles e L. N. Pereira, *Novas Perspectivas das Ciências do Homem*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 103-126.
- KLEIN, E. (1995) – *O Tempo*, Lisboa, Instituto Piaget.
- LOSEE, JOHN (1998) – *Introdução Histórica à Filosofia da Ciência*, Lisboa, Terramar.
- MARKOSIAN, NED (1996) – O paradoxo da pergunta, IN: *Disputatio*, vol. 1 (ed. Internet: purl.inesc.pt/pub/disputatio).
- OOSTERBEEK, L. (1994) – *Echoes from the East: the western network. An insight to unèqual and combined development, 7000-2000 BC*. Londres, University of London, PhD. Dissertation (2 vols.).
- OOSTERBEEK, L. (1999) – The Neolithisation of North Ribatejo (Portugal), IN: *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 1 (no prelo).
- PÉTREQUIN, ANNA-MARIE; P. PÉTREQUIN & S. CASSEN (1998) – La función de las hachas en el Neolítico, IN: *Mundo Científico Nº 195*, Novembro, pp. 68-73.
- RENFREW, C. & P. BAHN (1991) – *Archaeology. Theories, Methods and Practice*, Londres, Thames and Hudson.

- VICENT GARCIA, J. M. (1997) – The Island Filter Model Revisited, IN: Miriam S. Balmuth, A. Gilman, L. Prados-Torreira (eds.), *Encounters and Transformations. The archaeology of Iberia in transition*, Sheffield, Academic Press, pp. 1-13.
- WANDSNIDER, L. (1992) – The spatial dimension of time, IN: J. Rossignol, L. Wandsnider (ed.) *Space, Time and Archaeological Landscape*, New York, Plenum Press, pp. 257-281.
- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. Relatório de 1982*, Lisboa, dact. para o IPPAR.
- ZILHÃO, J. (1993) – *Gruta do Caldeirão (Pedreira, Tomar). Relatório técnico-científico dos trabalhos arqueológicos realizados em 1983*, Lisboa, dact. para o IPPAR.
- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Lisboa, IPPAR.
- ZILHÃO, J. & ANTÓNIO M. F. CARVALHO (1995) – O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho. Crono-estratigrafia e povoamento, IN: *I Congrès del Neolitic a la Peninsula Ibérica, Gavá-Bellaterra, RUBRICATUM*, nº 1, pp. 659-71.
- ZILHÃO, J.; J. MAURÍCIO & P. SOUTO (1991) – A Arqueologia da Gruta do Almonda (Torres Novas). Resultado das escavações 1988-89, IN: *Actas das IV.ª Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.